

Sujeitos ocultos dos museus: os profissionais dos Laboratórios de Conservação e Restauração do Museu Imperial e do Museu de Astronomia e Ciências Afins

Marcus Granato^{*}

Eliane Marchesini Zanatta^{**}

Cláudia Penha dos Santos^{***}

Recebido em: 23/05/2018

Aprovado em: 25/05/2018

* Graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre e doutor em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela Coppe/UFRJ. É tecnólogo sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), tendo atuado no cargo de coordenador de Museologia até março de 2018. É professor do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T (Mast) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e do Mast. É secretário do Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários (Umac) do International Council of Museums (Icom). Bolsista de produtividade IC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: marcus@mast.br.

** Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP) e em Ciências pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília. Especializada em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis pelo Istituto per l'Arte e il Restauro Palazzo Spinelli (Firenze). Mestre e doutora em Museologia e Patrimônio pela Unirio/Mast. É servidora do Ministério da Cultura (MinC) lotada no Museu Imperial, responsável pelo Laboratório de Conservação e Restauração. E-mail: elianemzanatta@gmail.com.

*** Graduada em Museologia pela Unirio, especializada em Teoria da Arte pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em História das Ciências pela Casa de Oswaldo Cruz (Fiocruz) e doutora em Museologia e Patrimônio pela Unirio/Mast. É tecnólogo sênior do Mast, professora do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T (Mast) e responsável pelo Núcleo de Documentação e Conservação de Acervo Museológico (Nudcam) da Coordenação de Museologia do Mast. E-mail: claudia@mast.br.

Resumo

Este trabalho aborda o que denominamos de sujeitos ocultos em museus: profissionais que desenvolvem suas atividades, geralmente nas funções básicas de museus tradicionais, e que não têm visibilidade social e profissional compatível com a importância de sua atuação para a preservação do patrimônio cultural sob a guarda das instituições onde trabalham. Como exemplos foram escolhidas pessoas que atuaram no Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ) e no Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins, no Rio de Janeiro (RJ). O texto apresenta breve descrição sobre a história das duas instituições, bem como desses espaços de conservação, para finalmente registrar os diversos atores que atuaram nesses laboratórios. Verificou-se que, apesar das diferenças relacionadas tanto aos acervos que preservam, quanto ao tempo de existência, número de funcionários, órbita jurídica de vinculação, dentre outros tantos aspectos, a “invisibilidade” de profissionais se manifesta de forma similar.

Palavras-chave

Laboratórios de Conservação; conservadores; museólogos; Museu Imperial; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Abstract

This paper addresses what we call invisible persons in museums. Professionals who develop their activities, usually in the basic functions of traditional museums, and who do not have social and professional visibility compatible with the importance of their work for the preservation of cultural heritage under the custody of the institutions in which they work. As examples, those who worked in the Laboratory of Conservation and Restoration of Museu Imperial, in Petrópolis (RJ) and in the Laboratory of Conservation of Metallic Objects of Museu de Astronomia e Ciências Afins, in Rio de Janeiro (RJ), were chosen. The paper presents a brief description of the history of the two institutions, as well as of these spaces of conservation, in order to finally register the various actors who acted in these laboratories. It was verified that, in spite of the differences related both to the collections that preserve, as to the time of existence, number of employees, legal orbit of connection, among other aspects, the “invisibility” of professionals is manifested in a similar way in both cases.

Keywords

Conservation laboratories; Museums; Conservators; Museologists; Museu Imperial; Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Considerações iniciais

Os museus congregam profissionais de formações diversas, que interagem nas várias frentes de atuação que esse tipo de instituição desenvolve. Os primeiros profissionais a atuarem em museus foram por muito tempo denominados de conservadores. No Brasil, o primeiro curso especializado para museus, ainda na década de 1930, formava conservadores no Museu Histórico Nacional (MHN).¹ No entanto, com o passar do tempo as funções ali desenvolvidas se diversificaram e especializaram, o que gerou uma miríade de profissionais voltados a permitir que o museu conserve, investigue, comunique, interprete e exponha – para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo – conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural. São instituições abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.²

Nesse contexto, alguns profissionais têm mais visibilidade perante o público e a sociedade em geral, e normalmente os conservadores não fazem parte desse grupo. Eles constituem o que podemos denominar de profissionais invisíveis ou ocultos. Apesar de seu trabalho ser fundamental para a existência dos acervos e assim para o cumprimento da missão dos museus tradicionais, sua identidade normalmente permanece ignorada.

Mas como dar ênfase aos conservadores e restauradores, parte desses sujeitos ocultos dos museus? Pelos registros das memórias institucionais? Este não seria um critério favorável àqueles que trabalham na retaguarda institucional. Ademais, muitos desses profissionais não têm projeção acadêmica nem mesmo titulação, e raramente são lembrados ou registrados na documentação oficial das instituições ou em trabalhos acadêmicos.

Este artigo pretende destacar um grupo de profissionais da conservação e restauração que atuam em dois museus de importância nacional e internacional, de tipologias distintas: o Museu Imperial (MI), unidade especial do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia do Ministério da Cultura (MinC), que tem por objetivo disseminar conhecimentos e preservar a memória da monarquia brasileira; e o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que produz conhecimento e preserva acervos relacionados à memória da produção científica e tecnológica do Brasil.

Essas duas instituições foram escolhidas como foco de análise em função de suas diferenças, tanto relacionadas aos acervos que preservam, quanto ao tempo de existência, número de funcionários, órbita jurídica de vinculação, dentre outros tantos aspectos. A análise permitirá, esperamos, concluir que a “invisibilidade” de profissionais se manifesta independentemente dessas diferenças.

Assim, este artigo procura diversificar e complementar as narrativas geralmente praticadas pelos museus, introduzindo os sujeitos *in focus* nos laboratórios de conservação e restauração enquanto membros sociais dos museus, em especial do MI e do Mast.

O Museu Imperial

O MI foi criado em 1940, no contexto da política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. A instituição foi instalada no antigo Palácio de Verão do imperador dom Pedro II, em Petrópolis, e sua criação objetivou consolidar a memória do império brasileiro,³ por meio do acervo representativo desse momento histórico.

O acervo inicial sofreu incorporações ao longo do tempo. No ano de 1956, o MI recebeu a Casa Claudio e Souza, localizada na Praça da Liberdade em Petrópolis. A residência foi doada com livros, fotografias e demais objetos por Luísa Leite de Souza, viúva do acadêmico Claudio de Souza. Em 1999 foi efetivada outra doação, agora do acervo do casal Paulo e Maria Cecília Geyer, composto pelos bens imóveis⁴ e pela coleção Brasilianas, formada por livros, álbuns, pinturas, gravuras, litografias, desenhos, mapas e outros objetos de arte.⁵

A estrutura do museu passou por várias mudanças regimentais, adaptando-se às exigências do governo federal, desenvolvendo atividades de acordo com a política cultural nacional. Conforme já mencionado, atualmente o MI é uma unidade do Ibram, autarquia federal vinculada ao MinC responsável pela gestão de alguns museus brasileiros e pela Política Nacional de Museus (PNM),⁶ com relativa autonomia técnica e administrativa. Com algumas exceções, a atual organização do setor museológico gerenciado pelo Ibram vem se mantendo inalterada.

Entretanto, uma série de limitações infraestruturais dificultam o atendimento das demandas criadas pela PNM.⁷ A ineficácia de instrumentos para gerenciar o planejamento estratégico do Ibram vem dificultando a aplicação dos recursos disponibilizados pela Lei Orçamentária Anual.⁸ Os recursos recebidos são

distribuídos entre suas unidades de forma linear ou proporcional, distanciando a materialização dos planos museológicos.⁹ Portanto, são cogitações distanciadas das práticas institucionais, que interferem diretamente nas ações de funcionamento do MI e, conseqüentemente, naquelas que são prioridade no âmbito da conservação e restauração. Por outro lado, ao receber esses recursos exíguos, nem sempre o MI consegue aplicá-los em projetos ou atividades de maior relevância para preservação e funcionamento da unidade.¹⁰

A carência de recursos humanos é outro fator que reflete diretamente no cumprimento da missão do MI. O quadro funcional se restringe a 36 funcionários; dentre estes, quatro são cedidos temporariamente de outros órgãos, um só dispõe de função gratificada e catorze já possuem tempo para se aposentar. Em termos comparativos, o quadro funcional representa 1/4 dos funcionários terceirizados.

O MI também dispõe de uma estrutura organizacional incompatível com suas atribuições,¹¹ oriunda da experiência adquirida à época do Iphan e que vem sendo ajustada informalmente, de acordo com as práticas de trabalho. Esta estrutura é compreendida por duas coordenadorias: uma técnica, cujos setores subordinados são arquivo histórico, biblioteca, educação, museologia, museografia/arquitetura, laboratório de conservação e restauração, promoção, Casa Claudio e Souza e Casa Geyer; e uma administrativa, que engloba as atividades de informática, finanças, gestão de convênios de contrato, pessoal, segurança e serviços gerais.

O MI enfrenta, ainda, problemas para se apresentar tecnicamente como um museu que atende às proposições da contemporaneidade, produzindo situações bastante conflitantes para a compreensão dos modelos de gestão do século XXI, tais como: ausência de uma política de gestão de objetos com critérios, diretrizes e procedimentos para aquisição e descarte de peças;¹² resistência dos setores de guarda de acervo em avançar na área da tecnologia da informação, buscando principalmente estratégias para conservar o acervo;¹³ pouca capacidade de percepção e articulação com diversos segmentos da sociedade com vistas à integração e troca de conhecimento mais profícua; e dicotomia entre o público e o privado. Como exemplo dessa última situação apresenta-se o caso do Espólio Jorge de Souza Franklin Sampaio,¹⁴ que compreende 187 peças¹⁵ depositadas no MI desde o ano de 1992.

Para as significâncias que o MI desperta sobre o imaginário popular “(...) não se encontram explicações técnicas ou racionais”.¹⁶ Poucos museus na história brasileira despertaram ou continuam a despertar tanto encantamento sobre seus visitantes, o que torna o MI um dos museus mais visitados do Brasil, com número considerável de frequentadores¹⁷ e perspectiva de significativo acréscimo neste ano. Scheiner¹⁸ analisa essas relações entre museus e o público, afirmando que eles se comunicam a partir da percepção como fenômeno e signo. A autora considera que o signo é:

Livre, plural, passionário e contraditório, infinito em sua potência, pode aparecer sob distintas formas, representar todos os modelos culturais e todos os sistemas de pensamento – de acordo com os valores e representações das diferentes sociedades, no tempo e no espaço.¹⁹

Ao longo desse processo o MI, mesmo sem uma política de aquisição normatizada, vem reunindo um significativo acervo relativo ao período imperial brasileiro, adquirido por compras, transferências, permutas e doações de pessoas ou famílias com proeminência nas diversas áreas. Esse acervo compreende expressivos conjuntos documentais, bibliográficos e de objetos, totalizando aproximadamente 350 mil itens, distribuídos entre o Arquivo Histórico, a Biblioteca e a Museologia.

O Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial

O Laboratório de Conservação e Restauração do MI foi instituído oficialmente em 1975, mediante a Portaria Ministerial nº 487, de 7 de outubro de 1975,²⁰ como uma Seção de Conservação e Restauração, subordinada à Divisão de Museologia da Coordenadoria Técnica. Na atualidade está diretamente subordinado à Coordenação Técnica, e informalmente²¹ tem como competência planejar, desenvolver, coordenar e avaliar as ações de conservação e restauração do acervo arquivístico, bibliográfico e museológico do MI.

Na busca por informações nos arquivos administrativos do museu referentes ao setor, constatou-se que o laboratório já funcionava desde 1958,²² como Oficina de Restauração, localizado primeiro em uma sala no prédio da Ucharia, onde hoje está instalada a Sala da Segurança, depois ocupando uma das casas de zeladores, atualmente Casa de Chá, e somente a partir do ano de 1992 passou a ocupar uma das atuais instalações que também compunham as residências dos zeladores do museu.

Outra instalação do laboratório, a Galeria Restauro, foi inaugurada em 2011, viabilizada pela lei de incentivos fiscais, e tornou-se um espaço no qual o público

poderia acompanhar em tempo real os trabalhos de conservação e restauração do MI. Porém, desde 2015 toda a estrutura foi desmontada, em razão de problemas no telhado que atingiram o Pavilhão das Viaturas, onde estava instalada.

De acordo com relatos de ex-funcionários do MI, a proposta de abrir um laboratório contou com o apoio do professor Edson Motta,²³ que constantemente estava na cidade, e da instituição, que à época era representada por Francisco Marques dos Santos²⁴ e já detinha um representativo acervo, necessitando de ações pontuais de conservação e restauração. Mas formalmente não se pode constatar tais fatos, pois quase não há documentação nos Arquivos Administrativos do MI e no Arquivo Noronha Santos do Iphan, no Rio de Janeiro, acerca do processo de estruturação do Laboratório de Conservação e Restauração no MI.²⁵ Sempre ficou a cargo de cada técnico definir sua ação de acordo com a formação profissional,²⁶ o que conduziu a diferentes estratégias de atuação, conforme demonstram as fichas técnicas arquivadas no setor.

Os sujeitos ocultos na área de conservação do Museu Imperial

Raros são os registros sobre profissionais da conservação no MI, o que conduz a questionamentos acerca de suas atividades na instituição. Esses sujeitos apresentam alguma formação ou experiência? Os trabalhos realizados por eles geraram impacto no museu? Qual sua rede de contatos e relações na instituição? As respostas a essas questões podem ajudar a compreender as motivações para a aparente indiferença com que foram tratados pela direção e demais áreas técnicas do museu, gerando essa “invisibilidade” ora apontada.

As posturas contemporâneas institucionais e pessoais com esses profissionais nos permitem aventar que se mantêm as relações de tempos pretéritos; em outros termos, o olhar sobre esses sujeitos ainda é pela operacionalidade das ações, estabelecendo relações de competência subjugada, tornando-os sujeitos ocultos nas narrativas institucionais. Como exemplo, pode-se citar a insuficiência de pesquisas e normatização por parte do Ibram para a área de conservação e restauração, somada à inexistência de registros nos documentos institucionais e à prática consolidada entre os setores no dia a dia do museu, que subjugam os profissionais de conservação.

Em razão disso, busca-se apresentar profissionais que, durante a história do MI, atuaram na “coxia”, mas seguiram naturalmente a evolução do pensamento preservacionista do patrimônio brasileiro, com o intuito de banir o empirismo dos processos de conservação – até porque a conservação e a restauração do patrimônio

cultural têm particularidades em seu *modus operandi* que as tornam complexas, envolvem técnica e ciência.

A primeira servidora do setor, Alcinda Glória dos Santos, foi nomeada em 1948 para o cargo de zeladora GL 101.7.A, do Ministério da Educação e Cultura. Somente em 1970 foi readaptada para o cargo de auxiliar de conservador do patrimônio histórico e artístico, sob justificativas do MI de que a referida funcionária já restaurava inúmeras telas e documentos, e não havia na lotação institucional servidores para exercer tais funções, “(...) o que obrigou, conseqüentemente, o desvio da servidora em questão”.²⁷

Alcinda Glória dos Santos foi pioneira no Laboratório de Conservação e Restauração do MI, desde 1959 atuando na Oficina de Restauração, e esforçava-se em buscar conhecimentos no Setor de Recuperação de Pintura, Escultura e Manuscritos do Sphan, durante a gestão de Edson Motta. O trecho a seguir demonstra o movimento pela qualificação da servidora:

Certifico que Alcinda Glória dos Santos, zeladora, nível 7-A, do MEC, com exercício no Museu Imperial de Petrópolis, estagiou, durante 2 (dois) anos consecutivos, para fins de estudos de restauração e conservação de quadros, gravuras e documentos, no Atelier de Restauração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo demonstrado capacidade, aplicação e o melhor aproveitamento nos estudos teóricos e práticos que lhe foram ministrados.²⁸

Apesar da interação do MI com o Setor de Conservação e Restauração do Sphan – onde Edson Motta permaneceu até dezembro de 1976, propondo vários projetos –, no que concerne à restauração de pintura de cavalete, papel e imaginária, o Laboratório de Conservação e Restauração do MI sempre esteve aquém de uma estruturação adequada. Essa dificuldade de investimentos no setor foi registrada em carta de Alcinda Glória dos Santos à diretoria do MI em 1992, por ocasião da sua aposentadoria:

(...) Infelizmente nem todos os homens públicos do nosso país têm visão dos nossos valores históricos ou artísticos e, por isso, malgrado todo o empenho e esforço de alguns diretores e assessores – como, no caso, o nosso museu – o Laboratório de Restauração nunca recebeu um aparelhamento condigno que atendesse as necessidades da profissão para aprimorar técnicas de restauro onde fosse possível apresentar todo o potencial de conhecimento acumulado em mais de 30 anos de profissão (...) Lastimo sinceramente não ter podido aplicar todos os recursos técnicos que me foram ministrados pelo mestre Edson Motta, no acervo do Museu Imperial, sabendo o quanto esses estudos poderiam ter sido úteis ao patrimônio deste museu.²⁹

A área de conservação por reiteradas vezes não foi – e continua não sendo – contemplada com os recursos necessários; por exemplo, passou dois anos consecutivos sem um técnico para gerenciar as atividades relacionadas à preservação do acervo.³⁰

Entre os anos de 1993 e 1994 as atividades de limpeza foram realizadas por funcionários de empresas terceirizadas, permanecendo somente as rotinas de manutenção nos espaços expositivos e nas áreas de reserva técnica.³¹

Posteriormente, a técnica em conservação e restauração Claudia Regina Nunes assume o Laboratório de Conservação e Restauração do MI, gerando a expectativa de um novo momento para o setor. Ela conseguiu reformular o espaço físico, conferindo-lhe uma estrutura um pouco mais modernizada, e alterou algumas práticas relacionadas com a preservação das coleções, dando maior ênfase ao restauro dos objetos com adorno têxtil e à coleção de indumentária. Permaneceu na função até fevereiro de 2000.³²

Nos três primeiros anos da gestão de Claudia Regina Nunes à frente do laboratório (1994-1996), o cientista/restaurador norte-americano Richard Steban Trucco, bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), implantou o projeto de gases inertes no MI. Antes de terminar sua bolsa, o cientista veio a falecer.

No decorrer do ano 2000 o laboratório ficou fechado alguns meses, até a transferência da técnica Elza Dias Osório³³ do Setor de Museologia para o Laboratório de Conservação e Restauração. Em janeiro de 2001, uma das autoras deste artigo retoma as atividades no museu,³⁴ com lotação no laboratório. Por decisão pessoal das técnicas em questão, aliada à formação de cada uma, decidiu-se dividir as responsabilidades pela conservação e restauração do acervo: Elza Dias Osório ficou responsável pelas coleções arquivísticas e bibliográficas, e Eliane Marchesini Zanatta pelas coleções museológicas. Após março de 2008, com a aposentadoria de Elza Dias Osório, as ações de conservação e restauração de todo o acervo do MI passaram à responsabilidade de uma mesma técnica.

A diversidade das coleções do MI contribuiu para ampliar a experiência dos técnicos que passaram pelo laboratório desde a sua criação, despertando em cada um deles o desejo de alargar seus conhecimentos para tratar do acervo. Ressalta-se que não se trata de empirismo, mas sim da procura por novas especializações, de interações com outros profissionais e instituições afins, da contratação de consultores, quando necessário, tudo dentro do padrão ético-profissional.

Evidencia-se, ainda, a importância dos profissionais terceirizados, contratados como auxiliares por administração direta com períodos determinados, brevíssimos, ou

pela administração indireta, que sobremaneira auxiliaram no desenvolvimento das ações do laboratório. Mencionar todos é praticamente impossível,³⁵ mas alguns serão destacados, por fazerem parte da memória recente da instituição.

Dentre esses profissionais destaca-se Sandra Leila Troyack, por sua experiência e habilidade na execução das ações do laboratório. Somente ao lado da segunda autora deste artigo são aproximadamente dezoito anos de atuação. Também é importante lembrar Valéria de Abreu Bordalo, e seus dez anos de dedicação e compromisso com a preservação da materialidade dos objetos representantes do período monárquico brasileiro. Essas duas profissionais desenvolveram capacidade prática exemplar para lidar com objetos de diversos suportes, atendendo as demandas de restauração, mas destacam-se especialmente no tratamento dos elementos têxteis. Vale ressaltar que os procedimentos de conservação preventiva devem prevalecer sobre os de restauração, os quais só devem ser realizados quando estritamente necessários para manter o bem cultural.

Outros profissionais não menos importantes se dedicaram aos processos de conservação dos acervos do MI, a exemplo de: César Gomes (*in memoriam*), Cristina P. Soares de Sá Castro, Eliana Alves da Costa, Isabel Cristina de Medeiros, Luisa de Paula, Marcela Gomes, Marco Aurélio Hansen, Salete D'Assumpção, Sandro Vieira e Silvanir Cândido da Silva (*in memoriam*).

A proteção das coleções arquivísticas, bibliográficas e museológicas, nas áreas de guarda e em exposição no palácio e nos jardins, segue uma rotina realizada pelo laboratório com vistas a prevenir ou retardar a deterioração dos bens culturais, por meio de uma prática permanente que tem como enfoque a conservação preventiva.

Sabe-se que toda degradação é irreversível; nenhuma obra conseguirá retornar ao estado original. Mas se forem implementadas ações efetivas de conservação, realizadas por dedicados sujeitos ocultos – que quase nunca são aludidos nos registros oficiais, tornando-se invisíveis na historicidade institucional –, os processos de degradação podem ser controlados. Pretendeu-se aqui registrar, da forma possível, a importância de seu trabalho para a conservação dos acervos do MI.

O Museu de Astronomia e Ciências Afins

O Mast foi criado em 8 de março de 1985, na antiga sede do Observatório Nacional (ON), um prédio situado na colina de São Januário, no bairro de São Cristóvão (RJ). Como a história de sua criação já foi tema de diversos trabalhos acadêmicos,

optamos por construir uma narrativa com marco inicial no ano de 1982, quando Ronaldo Rogério de Freitas Mourão encaminha ao então diretor do ON, Lício da Silva, a proposta de criação de um Programa de Recuperação e Preservação da Memória Histórica da Astronomia e Ciências Afins. Esse documento destacava a necessidade de criar no âmbito do CNPq um museu de história das ciências, voltado à recuperação e preservação da memória científica do país.³⁶

Outro evento justifica a escolha de 1982 como marco inicial dessa trajetória: a mesa-redonda “Preservação da Cultura Científica Nacional”, em 17 de agosto. Esse encontro contou com a participação de importantes cientistas brasileiros.³⁷ Na ocasião, a única museóloga presente, Fernanda Camargo Moro, ressaltou a necessidade de existir um acervo para criação de um museu. Suas opiniões sobre a tensão entre a dinamização e preservação dos acervos continuam atuais, principalmente nos museus de ciência e tecnologia, influenciando as atividades relacionadas à conservação.

É interessante ressaltar que as origens do Mast provêm de iniciativas institucionais diversas, mas também da atuação de personalidades de destaque para as artes, ciências e a política no país, além de representantes de grupos sociais que claramente possuíam uma relação identitária com o bem cultural.³⁸ Um elemento fundamental no processo de criação do Mast foi o tombamento das edificações históricas (prédio sede do ON e pavilhões de observação), das coleções históricas e dos documentos textuais procedentes do ON e do CNPq. Todo este acervo, preservado por lei federal de 1986,³⁹ está diretamente relacionado com a história das ciências e das técnicas dos séculos XIX e XX, constituindo o único caso de tombamento em nível federal cujos valores reconhecidos como fundamentos para sua preservação se relacionam com a ciência e a tecnologia.⁴⁰

Ao longo do tempo, o Mast passa por momentos de expansão e de crise. Mesmo nesse contexto, destacamos a ampliação de sua área útil edificada para além do conjunto arquitetônico tombado sob sua guarda, construindo: um prédio anexo, inaugurado em 2010, para onde foram transferidas todas as áreas finalísticas da instituição; um prédio de três pavimentos para a Biblioteca Henrique Morize e a área de pós-graduação, inaugurado em 2015, e está em fase final a construção de seu Centro de Recepção de Visitantes. Essa desocupação da sede do Mast permitiu que o prédio fosse quase totalmente dedicado a atividades abertas ao público.

O acervo preservado pela instituição, a partir do núcleo original proveniente do ON (museológico, arquivístico e arquitetônico), expandiu-se nas duas primeiras tipologias. O acervo museológico ampliou-se pelas coletas de artefatos em outros institutos de pesquisa (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Centro de Tecnologia Mineral, Instituto de Engenharia Nuclear) e algumas doações, totalizando mais de 2.500 objetos. Já o acervo arquivístico, além dos documentos institucionais, especializou-se em arquivos pessoais de cientistas, com mais de 43 fundos, diversificando amplamente as áreas das ciências cobertas pelo patrimônio sob a guarda do Mast.

Como no caso do MI, a estrutura do Mast passou por algumas mudanças de organograma e regimentais, adaptando-se às novas realidades institucionais. Além de uma coordenação administrativa, atualmente o Mast possui quatro coordenações finalísticas: Museologia; Documentação e Arquivo; Educação em Ciências; e História da Ciência e Tecnologia.

Espaços de conservação do acervo museológico do Mast

O Mast é um museu de ciência e técnica tradicional. Seus dirigentes máximos, até a gestão finalizada em fevereiro de 2018, não possuíam formação específica em Museologia ou experiência em outros museus. Soma-se a essa característica do Mast a própria definição dos museus de ciência, tipologia que engloba instituições muito diferentes, inclusive algumas sem acervos históricos, como os centros de ciências. Esses espaços privilegiam exposições voltadas para princípios e práticas da ciência contemporânea, em vez dos acervos históricos e das funções relacionadas à sua preservação.

O patrimônio sob a guarda do Mast possui inegável valor científico, mas também histórico e mesmo estético. Nos primórdios do museu ainda não se percebia todo o potencial do patrimônio ali preservado. Acreditamos que esse panorama começa a se transformar a partir de 1992, com a alteração do nome de Departamento de Exposição e Preservação para Departamento de Museologia (DEM). O novo departamento possuía dois serviços que indicavam suas áreas prioritárias: o de exposições e o de conservação e processamento técnico de acervo.⁴¹ Chefiado pelo museólogo Maurício Elias Caldas entre 1992 e 1994, o DEM enfatizou ações voltadas diretamente para a gestão, documentação e conservação do acervo museológico do Mast e para a montagem da nova exposição permanente do museu. Os instrumentos científicos procedentes do ON foram os primeiros registrados, a partir de 1993,

seguindo a ordenação de inventários pré-existentes elaborados por Gilberto Oliveira da Silva. Merece destaque nesse processo a coleta de depoimentos de Odílio Ferreira Brandão, que ao longo de quase dez anos colaborou na identificação e descrição dos objetos.

As atividades de processamento técnico se mantiveram inalteradas até o final da década de 1990. Já na gestão de Marcus Granato⁴² como chefe do DEM, é apresentado à extinta Fundação Vitae o projeto denominado “Documentação Museológica”,⁴³ que viabilizou a vinda de um especialista estrangeiro, talvez um dos maiores conhecedores de instrumentos científicos históricos da atualidade, Paolo Brenni. O especialista trabalhou diariamente com a equipe do DEM, sobretudo com os profissionais responsáveis pela documentação e conservação da coleção principal do museu, a de instrumentos científicos.⁴⁴ Segundo dados do relatório técnico enviado à Fundação Vitae:

A visita do consultor referido pode ser considerada um divisor de águas para os trabalhos realizados no Mast relacionados à coleção de instrumentos científicos. Sua contribuição foi excepcional. Por um lado, confirmando o acerto da orientação nos trabalhos realizados e a qualidade do efetuado. Por outro, trazendo um imenso número de informações sobre o funcionamento e sobre a descrição de diversos instrumentos.⁴⁵

Todos os objetos foram visualizados pelo especialista que, após surpresa inicial, pois não esperava encontrar no Brasil patrimônio tão significativo, afirmou que a coleção pode ser comparada às grandes coleções do mundo desse gênero.⁴⁶

Desde sua criação até 1995, o Mast não contou com um espaço destinado especificamente à conservação dos objetos, e a equipe que realizava atividades de documentação também era responsável pela higienização do acervo (remoção de poeiras, limpeza dos limbos e lentes, aplicação de óleos para proteção das superfícies).

Em 1995 foi criada a Oficina de Conservação de Instrumentos Científicos, em uma das salas no primeiro pavimento da sede do Mast, no setor onde outras cinco salas compunham a reserva técnica visitável, aberta ao público nesse mesmo ano.⁴⁷ Na oficina os objetos eram higienizados, como apoio às necessidades da área de processamento técnico do acervo institucional. Desde o início dos anos 2000, os objetos da coleção são submetidos a um programa de higienização regular. A cada dois anos a maioria dos objetos é limpa, mas alguns deles, especialmente os que estão expostos ou fixados em seus locais originais nos pavilhões astronômicos de observação, precisam de cuidados mais frequentes, em vista de sua maior exposição aos agentes ambientais

(umidade relativa, temperatura, poluentes, poeira, etc.). Após alguns anos a oficina foi transferida do primeiro pavimento para outra sala no terraço da sede. O espaço maior permitiu que as atividades de conservação fossem realizadas de forma mais ampla e organizada.

Em junho de 2010, quando o Mast inaugura seu prédio anexo, é instalado no andar térreo, ao lado da reserva técnica fechada e de depósitos de fundos arquivísticos, o Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos (Lamet/CMU). São duas salas divididas por tipo de atividade: uma para as que geram mais sujidades e poeiras, e outra para atividades mais minuciosas e de menor impacto ambiental. Aos poucos o Lamet foi sendo equipado, contando especialmente com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e do CNPq. Entre as principais atribuições do Lamet, definidas no Regimento Interno do Mast,⁴⁸ estão: a responsabilidade pela conservação do acervo museológico da instituição; a pesquisa e o desenvolvimento de procedimentos inovadores para conservar objetos culturais metálicos; a realização de projetos e intervenções de restauração no acervo móvel sob guarda da instituição.

A partir de 1999, com os estudos sobre restauração de objetos históricos de Ciência e Tecnologia (C&T),⁴⁹ o Lamet desenvolveu sua infraestrutura e formou uma equipe competente para restaurar peças do acervo institucional. Essa atividade não é regular, uma vez que se prioriza a conservação da coleção em detrimento dos objetos individualmente. No entanto, algumas iniciativas importantes e singulares no país podem ser mencionadas, como a restauração de um teodolito e da luneta equatorial de 32cm, além da remontagem do círculo meridiano de Gautier, todos pertencentes à coleção museológica do Mast.

A experiência acumulada nas atividades regulares permitiu ao Mast colaborar com outras instituições de acervos similares, como o Observatório do Valongo/UFRJ, o Colégio Pedro II (unidade Centro RJ) e o Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), cujas coleções de objetos históricos de C&T foram higienizadas. Nos dois primeiros casos, também foram realizados alguns reparos simples. O laboratório aos poucos ampliou seu escopo de atuação de artefatos metálicos, estendendo-se para além do acervo museológico do Mast, a partir de projetos de pesquisa⁵⁰ e atividades de colaboração com outras instituições, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu da Casa da Moeda do Brasil.

Finalmente, com o advento do ensino de pós-graduação no Mast, o Lamet tornou-se espaço para atividades relacionadas às disciplinas de conservação ministradas nos cursos do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast) e mestrado profissional em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (Mast). A demanda de capacitação de profissionais interessados na experiência acumulada no laboratório também é atendida através de estágios de curta duração.

Sujeitos ocultos nas ações de conservação do acervo museológico do Mast

Infelizmente não foi possível identificar e registrar todos os nomes que participaram dos processos de conservação na trajetória do Mast, mas é possível destacar alguns personagens. Entre os nomes já citados, merece destaque especial a figura de Odílio Ferreira Brandão, que ingressa como servidor do ON em 1935, onde foi responsável por diversos serviços nas mais variadas áreas da instituição, incluindo a manutenção dos objetos de Astronomia. Como chefe da oficina do ON, foi um defensor intransigente desses artefatos históricos. Já no âmbito do Mast, colaborou com as atividades de documentação, além de ter sido responsável por definir as primeiras normas para a conservação do acervo do museu.⁵¹ Na tentativa de vencer a invisibilidade, em um universo que supervaloriza a titulação acadêmica, o Mast lançou em 1999 o livro *Os meus quarenta anos no Observatório Nacional*,⁵² escrito por “seu” Odílio, como carinhosamente o chamávamos.

A partir do treinamento ministrado por ele aos técnicos e colaboradores do Mast, e também pela insistência em ter um servidor dedicado exclusivamente à conservação de cúpulas e instrumentos de grande porte, ampliou-se a atividade da Oficina de Conservação. Ressaltamos que as atividades de conservação do Mast tradicionalmente se dividem em duas frentes de trabalho: uma voltada para os instrumentos de observação e suas respectivas cúpulas, localizadas no *campus* do museu; e outra dedicada aos objetos de C&T de pequeno e médio porte, depositados nas reservas técnicas. A conservação das lunetas equatoriais, meridianas, zenital e fotoeliógrafo, junto com seus pavilhões, não é trivial, exigindo conhecimento especializado e praticamente inexistente no país. A formação dos profissionais acontece na prática, no cotidiano de trabalho. A luta de “seu” Odílio para ter um técnico exclusivamente dedicado a essa atividade é registrada da seguinte forma:

Além de ser possível a exposição do acervo, tornou-se possível também a volta do funcionamento da equatorial 21, bem como sua manutenção e de demais

instrumentos (...). Isso devido a um funcionário que me acompanhou nos reparos da equatorial 21 ter demonstrado vontade de fazer esse serviço. Sugerir que o mesmo fosse colocado a minha disposição para que eu não morra como o único conhecedor dos instrumentos, conforme dizem. Porém, seu chefe estava impondo embaraços quanto a sua liberação. Afirmei meu descontentamento com a museóloga, indo ela levar o fato ao conhecimento da vice-diretora, que, de imediato, deu ordem para que o mesmo fosse liberado.⁵³

O servidor a que se refere “seu” Odílio é Carlos Nascimento, que ingressa no Mast como funcionário terceirizado e sem habilidades específicas para o trabalho com os instrumentos científicos. Por sua dedicação ao museu, é incorporado ao serviço público, passando a atuar na oficina, onde acaba se interessando pela manutenção dos instrumentos do *campus*. Tendo aprendido os segredos de seu ofício com Odílio Ferreira Brandão, podemos dizer que Carlos Nascimento é atualmente um dos raros técnicos brasileiros com competência para atuar na manutenção das cúpulas e trapeiras.

Além dele, “seu” Odílio foi responsável também pelo treinamento do funcionário terceirizado Ricardo de Oliveira Dias, que muito jovem é incorporado ao quadro de colaboradores do museu, em meados da década de 1990. Na ocasião procurávamos outro auxiliar para a Oficina de Conservação e, por sugestão de um de nossos bolsistas, chegamos ao seu nome. Portador de grande habilidade manual e extremamente detalhista, Ricardo de Oliveira Dias tornou-se o principal técnico em conservação do Mast.

Tanto Carlos Nascimento como Ricardo de Oliveira Dias trabalham com a conservação dos instrumentos até os dias atuais, contudo, é necessário destacar a fragilidade de tal situação, pois enquanto o primeiro está em vias de se aposentar sem substitutos em médio prazo, o segundo é constantemente submetido às mazelas do sistema de terceirização do setor público. Há cerca de quatro anos, outro funcionário terceirizado começou a ser treinado por Ricardo de Oliveira Dias, o técnico Wellington Ricardo Ribeiro Pessanha que, após três anos atuando no Lamet, teve sua vaga excluída do contrato de manutenção do Mast em função dos cortes orçamentários da instituição. Atualmente, além do Ricardo de Oliveira Dias, o laboratório conta com o prestador de serviço Paulo César Araújo. Eventualmente profissionais do Nudcam e bolsistas participam das atividades de higienização do acervo.

Especificamente sobre a conservação da coleção, a colaboração de “seu” Odílio inicia-se nos primórdios do museu, quando era insistentemente convocado para “recuperar” os instrumentos científicos. Em diversas passagens do seu livro é possível encontrar relatos sobre os trabalhos realizados, assim como sua decisão de colaborar

com a equipe do Mast de forma mais presente. A terceira autora deste artigo teve o privilégio de conviver diretamente com “seu” Odílio até o seu falecimento, em 2005, considerando-o um verdadeiro mestre. É importante destacar que a maior parte dos depoimentos de Odílio Ferreira Brandão foi gravada e, junto com seu livro, constituem um rico material de pesquisa.

Outro personagem que precisa ser destacado é Gilberto Oliveira da Silva, conhecido como “Major”, um apelido dos tempos em que era piloto da Companhia Lloyd Brasileiro. Ao deixar a Companhia, Gilberto ingressa no ON no final da década de 1960 para trabalhar no Serviço da Hora, mais especificamente com as lunetas meridianas Askania e Bamberg, e com o astrolábio nas pesquisas sobre variação de latitudes. Junto com Oliveiros Cardoso Tavares, “Major” fez parte do núcleo inicial de servidores do ON, que seria transferido para o novo museu. Certamente entre esses servidores foi o que mais trabalhou com a conservação do acervo histórico do ON em seus primórdios. Em relatório de atividades do ano de 1983, o servidor lista as atividades sob sua responsabilidade: “pesquisa, identificação, catalogação, limpeza e conservação de parte dos instrumentos, aparelhos e demais objetos constantes do acervo deste Observatório”.⁵⁴ Em entrevista recente, Gilberto de Oliveira Silva afirma que o trabalho de conservação dos instrumentos científicos só começou a ser feito na esfera do museu e sob orientação de Odílio Ferreira Brandão. De acordo com suas palavras, o trabalho era voltado “não para consertar o instrumento, mas para lubrificar”. Destacou, ainda, que não eram feitos trabalhos de restauração.⁵⁵

Pelo setor de documentação e conservação do acervo museológico do Mast também passaram alguns museólogos, como servidores, contratados ou bolsistas do Programa de Capacitação Institucional (PCI) e muitos estudantes, oriundos principalmente do curso de Museologia da Unirio, que ingressaram na instituição como bolsistas de iniciação científica (BIC) ou como estagiários em final de curso. Todos atuaram na documentação e conservação da coleção, incluindo a museóloga responsável pelo setor, Cláudia Penha dos Santos. Apesar de não ser possível listar todos sem correr o risco do esquecimento, gostaríamos de destacar os nomes dos museólogos Marcio Ferreira Rangel e Alejandra Saladino, professores do curso de Museologia da Unirio, sendo o primeiro também pesquisador do Mast. Alejandra Saladino merece destaque por ter colaborado na elaboração da primeira ficha de

conservação do museu, entre os anos de 1994 e 1995, além de ter definido uma lista de materiais e procedimentos de conservação ainda como BIC.

Falar dos profissionais envolvidos nas atividades de conservação do Mast, ainda que nem todos tenham sido citados, é uma forma de agradecê-los pelo trabalho em torno da preservação do acervo da instituição. Se por um lado este artigo registra e torna visíveis, mesmo que parcialmente, trajetórias “invisíveis”, por outro expõe as fragilidades de um sistema que parece, infelizmente, se manter em função do empenho individual de cada técnico.

Considerações finais

Os aspectos enunciados neste trabalho com relação à trajetória das ações de conservação no MI e no Mast não estariam completos sem a presença dos agentes humanos, o que nos obriga a relativizar o sentido oculto do sujeito. Todos tiveram, em maior ou menor grau, uma participação ativa na construção dessa história, e não foram inertes diante dos reveses institucionais.

A partir de reflexões, documentação primária e depoimentos procurou-se caracterizar a atuação de muitos profissionais que passaram pelo MI e pelo Mast, em especial aqueles dedicados ao trato e conservação das coleções, visando registrar o papel decisivo que tiveram na preservação desses acervos. O registro pretendeu ser o mais amplo possível, tentando não deixar de fora qualquer pessoa que tenha contribuído para esse fim. As omissões ocorreram por completa impossibilidade de encontrar informações que permitissem a inclusão de outros nomes.

Verificou-se que as próprias instituições contribuem de formas diversas para a invisibilidade de certos grupos de profissionais, muitas vezes por meio da distribuição de recursos entre as diversas áreas que constituem os museus. O próprio campo da Museologia e os estudos sobre o patrimônio cultural também favorecem esse cenário, priorizando certas áreas de atuação em detrimento de outras, que ficam marginalizadas.

A diversidade do acervo e a quantidade de peças influi decisivamente na rotina de trabalho dos conservadores em ambas as instituições. A falta de interação de outras áreas com a conservação e a ausência ou pequena quantidade de registros nos arquivos sobre a história dos laboratórios são reflexos do tema central aqui abordado.

Finalmente ficou claro que, apesar das diferenças de acervos, tempo de existência número de funcionários, vinculação jurídica, dentre outros aspectos, a

“invisibilidade” de profissionais se manifesta de forma similar em ambas as instituições aqui estudadas. Provavelmente isso ocorre em todos os museus, das mais variadas formas. No entanto, cabe também a esses profissionais envidar esforços para combater essa invisibilidade, o que se mostrou possível em iniciativas identificadas tanto no MI quanto no Mast.

¹ SÁ, Ivan Coelho de. “Matrizes do pensamento museológico de Gustavo Barroso: uma análise preliminar”. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18. *Anais...* Marília: ANCIB, 2017, p. 1-22.

² BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 jan. 2009, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 22 abr. 2018.

³ MONTALVÃO, Claudia Soares de Azevedo. *Do Paço ao Museu: O Museu Imperial e a instituição da memória da monarquia brasileira (1940-1976)*. Tese de doutorado em História Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

⁴ Os bens imóveis que constituem a Casa Gayer são: Ladeira dos Guararapes, 70 (antiga fazenda de café do século XVIII; Lote nº 1 do PA 19.240; rua Cosme Velho, 1287 (Pavilhões e jardins centenários, por onde corre a céu aberto o Rio da Carioca, aos pés do Corcovado). ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Processo nº 01464.000194/2000-67, MI/Ibram (Rio de Janeiro).

⁵ *Ibidem*.

⁶ MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Museus e Centros Culturais. *Política nacional de museus*. Brasília, DF: MinC, 2007. Disponível em: https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/politica_nacional_museus.pdf. Acesso em: 7 abr. 2018.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Como exemplo pode-se citar a dificuldade de executar o Plano de Ação de 2017 do Ibram. Não obstante a escassez de recursos orçamentários para suas demandas, o instituto deixou de executar 20% do seu orçamento nesse mesmo ano, incluindo despesa com pessoal. O Portal da Transparência do Governo Federal apresenta os números detalhados do orçamento recebido e executado. Disponível em: www.portaltransparencia.gov.br/orgao/42207?ano=2017. Acesso em: 31 jan. 2019.

⁹ O Plano Museológico dispõe sobre a organização da gestão dos museus, sendo “capaz de propiciar o estabelecimento de maior racionalidade e eficiência do fazer museal”. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria Normativa nº 1, de 5 de junho de 2006. Dispõe sobre a elaboração do Plano Museológico dos museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 jul. 2006, p 1-3.

¹⁰ Tal informação pode ser verificada no relatório de prestação de contas do Ibram submetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao exercício de 2017, e no Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/contas-do-exercicio-de-2017.htm>. Acesso em: 31 jan. 2019. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Conteúdo da prestação de contas*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Museus, 2017. Disponível em: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1964:2:100729005960837::NO:RP,2:P2_COD_CLIENTELA,P2_PAGINA_DESTINO:3001225,1. Acesso em: 31 jan. 2019. ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Relatório de execução do ano de 2017, Ibram (Rio de Janeiro), 2017. Idem. Plano Museológico do Museu Imperial, Ibram (Rio de Janeiro), 2017. Idem. Plano Anual de Ação do Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, Ibram (Rio de Janeiro), 2017. Idem. Relatório de projetos/atividades executadas anualmente pelo Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Imperial, Ibram (Rio de Janeiro), 2017.

¹¹ Vide Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, que define a estrutura regimental do Ibram. O decreto limita para o MI um cargo de direção e dois de coordenação (técnica e administrativa). Os demais setores são estruturados pelo cotidiano de funcionamento do MI, até por que esse museu não dispõe de regimento

interno. BRASIL. Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 maio 2009, p. 6. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6845.htm. Acesso em: 12 jan. 2019.

¹² O MI não dispõe de uma norma para estabelecer parâmetros de aquisição e descarte dos acervos que vise analisar a pertinência ao perfil das ações institucionais, bem como considerar a normatização para um trabalho mais sólido e legitimado. Como exemplo, seguem alguns processos de aquisição: 83/1940, 93/1940, 94/1940, 741/1940, 502/1942, 524/1941, 540/1942, 231/1943, 828/1943, 228/1944, 420/1944, 39/1944, 75/1944, 319/1944, 606/1944, 855/1944, 83,1950, 447/1975, 217/1966, 422/1998, 682/1994, 194/2000, 462/2004, 301/2005, entre diversos outros que estão disponíveis no Arquivo Administrativo do Museu Imperial/Ibram.

¹³ Ao longo dos últimos anos o MI vem executando o Projeto de Digitalização do Acervo (Dami), com a pretensão de digitalizar todas as suas coleções a fim de contribuir principalmente para a preservação, difusão e gestão do acervo. No entanto, a execução desse projeto requer iniciativas apoiadas pelo patrocínio financeiro do setor privado. Até a publicação deste artigo, o projeto Dami já havia digitalizado 31 coleções, porém a previsão para a digitalização completa dos livros, periódicos, documentos e demais objetos é de no mínimo dez anos, já que o processo inclui descrição, diagnóstico do estado de conservação e imagens. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/dami/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

¹⁴ Jorge de Sousa Franklim Sampaio é bisneto de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Processo nº 01464.000001/92-70, Ibram (Rio de Janeiro), p. 17.

¹⁵ Dentre as quais estão: telas a óleo retratando a família real portuguesa e a imperial brasileira; mobiliários, relógios, opalinas, porcelanas, candelabros, lustres, esculturas, fotografias, tapetes, viaturas, etc. Ibidem.

¹⁶ O MUSEU Imperial. São Paulo: Banco Safra, 1992, p. 5.

¹⁷ Aproximadamente 400 mil visitantes ao ano. Disponível em: <http://http://www.museus.gov.br/museus-ibram-receberam-mais-12-milhao-de-visitantes-em-2017/>. Acesso em: 13 mar. 2018.

¹⁸ SCHEINER, Tereza. “Museologia e patrimônio intangível: a experiência virtual”. In: SIMPÓSIO MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO INTANGÍVEL. Montevidéo. *Anais...* Montevidéo: Icofom/LAM, 2001, p. 214-224.

¹⁹ Ibidem, p. 217.

²⁰ ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta de regimento interno e anexos, Ibram (Rio de Janeiro), 1975.

²¹ Conforme mencionado, o MI não dispõe de regimento interno. Sendo assim, as competências do Laboratório de Conservação e Restauração são baseadas na sistemática de funcionamento do museu.

²² ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta funcional da servidora Alcinda Glória dos Santos, Ibram (Rio de Janeiro). Alcinda foi a primeira funcionária lotada no Laboratório de Conservação e Restauração do MI, onde trabalhou de 1948 a 1992. Veio a falecer em 2008.

²³ Edson Motta nasceu em Juiz de Fora (MG) no ano de 1910, e morreu no Rio de Janeiro, em 1981. Pintor, restaurador e professor formado na Escola de Belas Artes (EBA). Tendo ganho um prêmio de viagem ao exterior, aproveitou para estudar novas técnicas de pintura. Na volta ao Brasil, executou alguns afrescos na igreja matriz da cidade Dores do Turvo (MG). Em 1944 retorna ao Rio de Janeiro, assumindo o setor de Recuperação de Obras de Arte do Sphan, e atua entre 1945 e 1980 como professor de teoria, técnica e conservação da pintura na EBA da Universidade do Brasil, atual UFRJ. Entre suas publicações estão *O papel: problemas de conservação e restauração* (1971) e *Iniciação à pintura* (1976), ambos escritos em parceria com Maria Luiza Salgado. SCHARF, Claudia P. *Le desendoviment de la restauration au Brèsil de 1937 a 1980: lès approaches contradictories de la politique culturelle par rapport à la protection du patrimoine*. Montreal: Universidade de Québec, 1997.

²⁴ ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta funcional do servidor Francisco Marques dos Santos, Ibram (Rio de Janeiro). Francisco foi diretor do MI no período de 18 de setembro de 1954 a 9 de outubro de 1967.

²⁵ Os “Relatórios das principais ocorrências do Museu Imperial” e os “Ofícios” referentes aos anos de 1950 e 1960, enviados a Clóvis Salgado, ministro da Educação e Cultura, pelo diretor do MI, não fazem nenhuma menção ao setor de Conservação e Restauração, nem mesmo os documentos relativos às décadas posteriores à formalização do laboratório.

²⁶ Tal situação não pode ser entendida como autonomia, descentralização, mas sim como ausência de documentos reguladores por parte da área central.

²⁷ ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL.

²⁸ Abaixo do certificado, datado de 6 de janeiro de 1964, encontra-se a assinatura de Edson Motta, com os seguintes dados: “Prof. da Cadeira de Teoria e Conservação da Pintura da ENBA – UB. Conservador do Patrimônio Hist. e Arts. Nacional”. Documento constante da referida pasta funcional de Alcinda Glória dos Santos no Arquivo Administrativo do Museu Imperial.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Comunicados internos dos exercícios de 1992, 1993 e 1994, Ibram (Rio de Janeiro), 1992-1994.

³¹ ZANATTA, Eliane Marchesini. *Subjetividade e objetividade: as decisões nos processos de conservação e restauração dos bens culturais*. Tese de doutorado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017.

³² Inicialmente Claudia Regina Nunes estagiou no Laboratório de Conservação e Restauração sob a orientação de Alcinda Glória dos Santos, no período de 1^o de janeiro a 15 de novembro de 1984. ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta funcional da servidora Claudia Regina Nunes, Ibram (Rio de Janeiro).

³³ ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta funcional da servidora Elza Dias Osório, Ibram (Rio de Janeiro). Ocupante do cargo técnico III classe A, padrão III, Elza foi transferida do MHN para o MI em 29 de julho de 1998, com lotação no setor de Museologia.

³⁴ Eliane Marchesini Zanatta, no ano de 1995, era lotada no setor de Museologia do MI, quando foi transferida para a 14^a Superintendência do Iphan em Brasília, onde permaneceu até janeiro de 2001. Tais informações estão disponíveis em: ARQUIVO ADMINISTRATIVO DO MUSEU IMPERIAL. Pasta funcional de Eliane Marchesini Zanatta, Ibram (Rio de Janeiro).

³⁵ Os registros administrativos são insuficientes para estabelecer uma relação por ordem cronológica de todos os colegas que atuaram no Laboratório de Conservação e Restauração como auxiliares no desenvolvimento das ações de conservação do MI.

³⁶ CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins no Brasil. Museu de Ciência/Proposta de Criação*. Rio de Janeiro: CNPq, 1982, p. 3.

³⁷ Participaram da mesa-redonda: Crodowaldo Pavan, Maurício Matos Peixoto, Fernanda de Camargo A. Moro, Shozo Motoyama, Carlos Chagas Filho, Simão Mathias, José Leite Lopes e Mário Schenberg. Muniz Barreto, recém-empossado diretor do ON, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão e Lício da Silva foram os organizadores. *Idem*. Observatório Nacional. Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins. *Ata da mesa-redonda do grupo Memória da Astronomia*. Rio de Janeiro, 17 ago. 1982, p. 3.

³⁸ O tombamento dos bens que constituíram o acervo inicial do Mast foi solicitado em 1984 por personalidades como Oscar Niemeyer, Sergio Bernardes, Carlos Drummond de Andrade, José Reis, Jayme Tiomno, Antônio Houaiss, Luiz Pinguelli Rosa, Jacques Danon, Nelson Werneck Sodré, Roberto Marinho, dentre outras, mas também por membros da Associação dos Moradores da zona da Leopoldina, os quais tinham uma relação muito mais próxima com os bens a serem tombados. LOUVAIN, Pedro. *Preservação do patrimônio cultural e científico brasileiro: identificação, análise, avaliação e estudo de bens tombados*. Dissertação de mestrado em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, p. 172.

³⁹ MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Livro histórico, vol. 1, inscrição 509, Museu de Astronomia e Ciências Afins (Rio de Janeiro), 14 ago. 1986, p. 94-97.

⁴⁰ LOUVAIN, Pedro. Op. cit.

⁴¹ Em 2007 é extinto o Serviço de Conservação e Processamento Técnico. Por demanda dos servidores do antigo serviço em seu lugar é criado o atual Núcleo de Documentação e Conservação do Acervo Museológico, porém, a mudança significou perda de profissionais e, em certo sentido, de legitimidade. Essa estrutura se mantém inalterada até os dias atuais. Atualmente a Coordenação de Museologia tem um Serviço de Produção Técnica, um Núcleo de Documentação e Conservação do Acervo Museológico e um Laboratório de Conservação de Objetos Metálicos.

⁴² Marcus Granato assume pela primeira vez a Coordenação de Museologia em março de 1997, e, apesar de breves intervalos, permaneceu no cargo até março de 2018.

⁴³ MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Formulário-Padrão, solicitação de apoio financeiro a Vitae, Departamento de Museologia, Mast (Rio de Janeiro), 1998.

⁴⁴ Por muitos anos foi utilizado esse termo no Mast para denominar os objetos que faziam parte do conjunto original de artefatos proveniente do ON e que formaram parte do patrimônio original da instituição. Com o decorrer dos anos e a ampliação dos espectros de tipologias desses artefatos, a partir de coletas realizadas, passa-se a utilizar a denominação objetos de Ciência e Tecnologia (C&T), mais ampla que a anterior, restrita a objetos científicos do século XIX e início do XX.

⁴⁵ MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Relatório técnico à Fundação Vitae, Departamento de Museologia, Mast (Rio de Janeiro), 1999, p. 10.

⁴⁶ BRENNI, Paolo. "Instruments in South America: the collection of the Museu de Astronomia e Ciências Afins of Rio de Janeiro". *Scientific Instrument Society*, nº 65, Oxford, 2000, p. 25-28.

⁴⁷ A reserva técnica visitável encontra-se, até o momento, aberta ao público.

⁴⁸ MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. Regimento interno, Mast (Rio de Janeiro), 2016. Disponível em: http://site.mast.br/pdf/regimento_interno_mast.pdf. Acesso em: 27 fev. 2018.

⁴⁹ GRANATO, Marcus. *Restauração de instrumentos científicos históricos*. Tese de doutorado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais. Rio de Janeiro: Coppe/UFRJ, 2003.

⁵⁰ Cabe mencionar o projeto "Desenvolvimento de metodologias de conservação e caracterização microanalítica de objetos metálicos pertencentes a coleções científicas arqueológicas", iniciado em 2010.

⁵¹ Os mesmos procedimentos, métodos e produtos, utilizados na oficina do Observatório Nacional foram replicados na conservação da coleção do Mast. É preciso destacar que tais recursos foram formalizados a partir da prática. Com o passar dos anos e a profissionalização do setor esses procedimentos foram revistos.

⁵² BRANDÃO, Odílio Ferreira. *Os meus 40 anos de Observatório Nacional*. Rio de Janeiro: Mast, 1999. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/publicacoes_do_mast/livro_os_meus_40_anos_de_on.pdf. Acesso em: 27 fev. 2018.

⁵³ *Ibidem*, p. 161.

⁵⁴ CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *Relatório de atividades no PMAC/CNPq/ON*. Rio de Janeiro: CNPq, 1983.

⁵⁵ O depoimento foi coletado pela museóloga Cláudia Penha dos Santos e pela astrofísica Tânia Dominici, em 20 de abril de 2018, na Coordenação de Museologia do Mast.